



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 87, DE 2009

(Do Sr. Jaime Martins)

Propõe que a Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados execute fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial na Petrobras, especificamente quanto aos preços praticados para os combustíveis no mercado interno brasileiro.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à apreciação interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, incisos I, II, e 61 do Regimento Interno, propomos a V.Ex.^a que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne a adotar medidas necessárias para a realização de ato de fiscalização e controle contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial na empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, especificamente quanto aos preços praticados para os combustíveis no mercado interno brasileiro, após a significativa baixa ocorrida nos preços do petróleo após o advento da recente crise internacional.

JUSTIFICAÇÃO

Após liberação do mercado de combustíveis, ocorrida em 2002, a Petrobras vinha mantendo preços de realização da gasolina e do óleo diesel compatíveis, na média, com os preços do mercado internacional. A consequência dessa prática foi um grande aumento na capacidade de investimento e na lucratividade da empresa nos últimos anos.

Registre-se que não se pode confundir a Petrobras com o Estado brasileiro. Atualmente, a União detém apenas 32,2% do capital social da empresa, enquanto o setor privado é responsável por 60% desse capital. O restante, aproximadamente 7,6%, é detido pelo BNDESPar.

A expectativa dos consumidores brasileiros é de que o histórico de preços na refinaria compatíveis com os do mercado internacional seja mantido, tanto em períodos de alta da cotação do petróleo como em períodos de queda.

Nos últimos meses, foi grande a redução dos preços do petróleo no mercado internacional. Em julho de 2008, o preço médio do barril de petróleo foi de US\$121,84; em janeiro de 2009, o preço médio foi próximo de US\$40,00.

Além da desvalorização do petróleo, houve uma depreciação do real. A taxa média de câmbio de 2008 foi de R\$1,833 por US\$1,00; nas primeiras semanas de 2009, a taxa de câmbio oscilou em torno de R\$2,35 por US\$1,00. Isso representa uma valorização do dólar em relação ao real de 28%.

Admitindo-se essa desvalorização do real e uma desvalorização do petróleo de 50%, a redução no preço do barril, em reais, é de 36%. Caso a variação do preço da gasolina e do óleo diesel na refinaria seja proporcional à variação do preço médio do barril de petróleo, evidentemente, seria justa uma redução também de 36% no preço de realização desses combustíveis.

Tanto pela análise dos preços praticados pela Petrobras em 2008 quanto pela comparação com os preços praticados no mercado internacional, constata-se ser justa uma redução nos preços de realização da gasolina e do óleo diesel na refinaria.

Se a Petrobras não promover essa redução, pode-se argumentar que ela está usando, indevidamente, sua “infraestrutura monopolista” de transporte e de refino. Essa infraestrutura foi construída, principalmente, ao longo do período em que a Petrobras exercia legalmente, em nome da União, o monopólio estatal do petróleo.

Sendo assim, a empresa tem condições de inibir a concorrência e de praticar preços elevados. Não é essa a prática que a população brasileira espera da Petrobras. Nenhum consumidor final de gasolina e de óleo diesel concorda que se pratique, na refinaria, preços, na média, maiores que aqueles praticados no mercado internacional.

Considerando que a taxa de câmbio das últimas semanas mostra um real ainda mais valorizado em relação ao dólar, revela-se ainda mais urgente a realização de uma ação de fiscalização e controle na Petrobrás, empresa sob controle efetivo do Poder Público.

Sala da Comissão, em 30 de abril de 2009.

Deputado JAIME MARTINS

FIM DO DOCUMENTO